

ATA NÚMERO SETENTA E QUATRO

Aos 21 dias do mês de Novembro de 2015, pelas 10:00 horas, no Auditório do Comité Olímpico de Portugal sito na Travessa da Memória, 36, 1300-403 Lisboa, deu-se início, em segunda convocatória, à Assembleia Geral Ordinária da Federação de Triatlo de Portugal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1) Leitura e aprovação da ata da AG realizada em 28 de Fevereiro de 2015;-----
- 2) Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016;-----
- 3) Alteração dos Estatutos;-----
- 4) Alteração do Regulamento Eleitoral;-----
- 5) Outros assuntos.-----

Registava-se no início da Assembleia a presença de vinte e sete delegados credenciados, assim distribuídos: Árbitros – 3; Treinadores – 2; Praticantes – 3; Alto Rendimento – 0; Delegados Clubes – 19.-----

1) Leitura e aprovação da ata da AG realizada em 28 de Fevereiro de 2015;-----

Após a leitura da Ata, o delegado do Benfica Paulo Gonçalves interveio dizendo que não fazia sentido que a aprovação de uma ata relativa a uma Assembleia Geral realizada em fevereiro, seja aprovada em Novembro.-----

Sugeriu que uma vez elaborada a Ata, esta deveria ser remetida para os delegados presentes para que estes se pudessem pronunciar sobre a mesma e propor eventuais alterações.-----

Na sequência da intervenção do delegado do Benfica, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral comunicou aos delegados a intenção de submeter, no final da Assembleia, um voto de confiança á mesa da AG para elaboração da Ata da presente reunião, de modo a se obviar no futuro o pertinente problema suscitado.-----

Submetida a votação, a Ata foi aprovada com 20 votos a favor e 7 abstenções.-----

2) Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016;-----

Este ponto da agenda iniciou-se com uma intervenção do Presidente da FTP, Fernando Henriques Feijão, que abordou um conjunto de temas, a saber:-----

- 1 - Congratulou-se e agradeceu a presença dos Delegados na AG;-----
- 2 - Reforçou a ideia de que os assuntos relativos á FTP deverão ser tratados e discutidos em sede própria, que são as Assembleias Gerais; C7.congratulou-se e agradeceu a presença dos Delegados na AG;-----

3 - Sublinhou a significativa redução do passivo e dos custos no exercício de 2015;-----

4 - Referiu que as participações internacionais triplicaram nos últimos três anos e que foram conquistadas 16 medalhas em 2015;-----

5 - Definiu a importância da organização de provas ser efetuada por Entidades terceiras com o apoio e supervisão da FTP;-----

6 - Saliou o significativo aumento do valor dos prémios atribuídos aos atletas e clubes;-----

7 - Constatou a existência de 96 clubes filiados na FTP e o aumento de atletas federados de 1.800 para 2.500;-----

A AG prosseguiu com a leitura do parecer do Conselho Fiscal na pessoa do seu Vice-Presidente, João Medeiros.-----

Neste relatório o Conselho Fiscal sublinhou o apoio e disponibilidade demonstrado pelo Presidente da Direção da FTP, apelou para a continuação de um forte rigor orçamental alertando para a incerteza dos apoios públicos, e recomendou a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016.-----

O Delegado do Benfica Paulo Gonçalves, pediu a palavra para exprimir a sua indignação pelo facto do Plano de Atividades e Orçamento de 2016 só ter sido disponibilizado no dia 16-Nov, não dando tempo suficiente para que este relatório pudesse ser analisado com profundidade. Assim sendo, sugeriu que a sua aprovação fosse adiada para uma futura Assembleia Geral.

O Presidente da FTP esclareceu o Delegado do Benfica, que este Plano iria ser apresentado de seguida de forma detalhada e que a Direção, estaria disponível para prestar todos os esclarecimentos que os Delegados solicitassem.-----

A apresentação da 1ª parte do Plano de Atividades e Orçamento para 2016 ficou a cargo de Paulo Tenrinho (Vice-Presidente da Direção), e a 2ª parte relativa ao alto rendimento, seleções, formação e competições internacionais foi realizada por Sergio Dias (Vice-Presidente da Direção).-----

Após a apresentação a palavra passou para a Assembleia, sendo que o 1º a intervir foi Luis Filipe Valente, Delegado do clube Oriental de Lisboa, que defendeu a existência de mais competições para os Grupos de Idade justificando que o grosso dos atletas participantes pertencem a este segmento.-----

Paulo Gonçalves Delegado do Benfica dirigiu-se á AG para colocar um conjunto de questões á Direção da FTP, a saber:

1 - Questionou sobre a data calendarizada de 24-jul-2016 para a realização do Campeonato Nacional Individual, uma vez que, segundo este, irá impedir a presença dos atletas escalados para os Jogos Olímpicos do Rio, defendeu que a ausência deste grupo de atletas irá retirar visibilidade á competição tendo a modalidade muito a perder com isso.-----

Sugeri a existência de um critério de pré-seleção para apurar os atletas para uma finalíssima que se realizaria após os Jogos Olímpicos.-----

2 - Referiu que o apoio dado ao género feminino é muito escasso, defendendo que o valor das inscrições deveriam ter uma redução de 50%, que a 4ª inscrição deveria ser gratuita e que o apoio á deslocação deveria ser aumentado.-----

3 - Quanto ao modelo em vigor para o Alto Rendimento disse que este tem muitas lacunas com consequências negativas daqui a 3/4 anos, que não é perfeito embora tenha reconhecido que não há modelos perfeitos, que as representações nacionais são para quem tem capacidade financeira e que tem sido á custa dos Pais que foram triplicadas as participações internacionais, terminou este ponto, propondo a marcação de uma AG já pela nova direcção a ser eleita no final de 2016 para discussão do modelo.-----

4 - Questionou a Direcção sobre o facto de no último Campeonato da Europa de Triatlo Longo o atleta que representou Portugal ter-se deslocado por conta própria sem apoio financeiro da FTP, nesta linha, fez uma proposta á mesa da AG no sentido de se votar a formação obrigatória de uma seleção nacional para participação em campeonatos europeus e mundiais de triatlo de longa distância e duatlos, tal como acontece com as competições de Triatlo na distância standard.-----

5 - Sobre o próximo Campeonato da Europa a realizar em Portugal no próximo ano, questionou a Direcção sobre que apoios é que já estão garantidos e se o IPDJ vai financiar 1.100.000 EUR.---

Luis Rosário, delegado do clube Sport e União Colareense, referiu a importância do desenvolvimento da modalidade ser feito em articulação com o desporto escolar, por forma a fazer chegar o triatlo aos mais jovens, possibilitando a captação de novos talentos e a um aumento de filiação de novos atletas ao nível dos clubes de cada região.-----

Referiu também a importância de acarinhar os Grupos de Idade em concordância com a posição expressa pelo delegado do clube Oriental de Lisboa.-----

Carla Nunes, da Fátima Escola de Triatlo dirigiu-se á Assembleia dizendo que o Plano de Atividades para 2016, no que respeita às provas jovens, está pouco desenvolvido, detalhando sobretudo as atividades relacionadas com as elites e seleções.-----

Terminou, dizendo que a modalidade, para crescer, depende dos mais novos e que da parte da FTP não existem incentivos suficientes para apoiar e reconhecer os resultados dos jovens. -----

Sergio Dias, Vice-Presidente da FTP tomou a palavra por forma a esclarecer alguns dos pontos levantados pelos Delegados, a saber:-----

1) Os critérios de seleção dos Jovens estão definidos e qualquer questão relacionada com os mesmos deverá ser dirigida ao Seleccionador Nacional;-----

2) Lembrou que nos Campeonatos da Europa de Youth que decorreram este ano em Espanha, a FTP levou 2 equipas de jovens de cada género, num total de 12 jovens;-----

3) Defendeu que o Modelo de Alto Rendimento não está a matar a modalidade, este modelo está em execução há 2 anos e tem-se mostrado adequado, tal como se pode comprovar pela lista de atletas que atualmente estão enquadrados nos vários níveis-----

4) As participações internacionais apoiadas pela FTP têm vindo a crescer desde há 3 anos a esta parte: em 2012 foram 70 e em 2015 cresceram para 172 participações financiadas pela FTP;-----

5) No que concerne á Longa Distância tem havido dificuldade nos últimos anos em formar uma seleção nacional que cumpra os critérios de seleção previamente estabelecidos. Nesse sentido a FTP, como alternativa, tem aberto a possibilidade de Portugal ter uma representação nacional;

6) Quanto à data do Campeonato Nacional Individual ser em julho e à dificuldade da participação dos atletas olímpicos nessa mesma prova, Sergio Dias justificou que se tem de levar em linha de conta o fato do calendário nacional estar muito carregado, acrescentando as datas de realização das WTS, Campeonatos da Europa e períodos de estágio, se tornar extremamente complicado arranjar uma outra data para a realização do Campeonato Nacional Individual, sem prejudicar fortemente todos os restantes atletas.-----

Fernando Feijão, Presidente da Direção, reforçou que a realização do Campeonato Nacional Individual durante o mês de Outubro, tal como aconteceu nos últimos 2 anos, é muito arriscado, tendo em conta as condições meteorológicas pouco adequadas para a prática da modalidade.

Adiantou também que já estão garantidos os apoios por parte do IPDJ e Camara Municipal de Lisboa para a realização do Campeonato da Europa de 2016, bem como a presença de cerca de 3.000 atletas estrangeiros.-----

Paulo Tenrinho, Vice-Presidente, clarificou que está a ser estudado o modelo de realização do Campeonato Nacional com base numa Finalíssima. Disse também que seria muito difícil garantir-se a presença dos atletas olímpicos em Outubro, pelo facto de estes, legitimamente, não quererem correr riscos.-----

A ligação entre o desporto escolar e o Triatlo, segundo Paulo Tenrinho, deve ser protagonizada pelos Delegados Regionais em representação da FTP, apoiando as Escolas e recolhendo informação que permita a integração de jovens nos clubes de triatlo locais.-----

Quanto aos Grupos de Idade, Paulo Tenrinho lembrou que existem entregas de prémios redundantes entre os diversos escalões e os Grupos de Idade, sendo esta uma situação a pensar. Terminou reforçando a importância de ter que haver sempre um equilíbrio entre a vertente Financeira e a vertente Desportiva, sendo que este balanço é fundamental para o futuro da modalidade.-----

Sandra Santos, delegada dos treinadores, referiu que o triatlo de formação resulta

fundamentalmente do empenho dos Pais dos atletas, dos treinadores e das Escolas de Triatlo, lembrando ainda que os jovens têm sido apoiados e reconhecidos pela FTP como se pôde comprovar com a deslocação a Espanha aos Campeonatos da Europa de Youth de duas equipas de 3 elementos em cada um dos géneros, num total de 12 participações jovens neste importante evento.

Paulo Gonçalves, delegado do Benfica, questionou a Direção sobre qual o orçamento e respetivos apoios previstos para a realização do Campeonato da Europa.

Luis Rosário, delegado do clube Sport e União Colarense, defendeu a necessidade de ser elaborado um projeto a nível nacional entre a FTP e as Escolas com vista á captação de jovens, sendo alargada desta forma á base da modalidade. Terminou referindo a importância da formação dos professores de Educação Física.

Paulo Tenrinho tomou novamente a palavra começando por fazer um ponto de situação sobre a organização do Campeonato da Europa, a saber:

- 1 – Estão garantidos 125.000 EUR por parte do IPDJ;
- 2 – A Camara Municipal de Lisboa já se comprometeu com um apoio de cerca de 200.000 EUR a atribuir em dinheiro e cedência de equipamentos;
- 3 – Foi estabelecida uma parceria com o El Corte Inglés para a Estadia dos atleta;
- 4 – Falta ainda o Patrocinador principal, existindo de momento duas hipóteses em negociação;
- 5 - Somando o valor das inscrições aos apoios já garantidos, o orçamento do evento está coberto.

Sobre a proposta feita á mesa da AG pelo delegado Paulo Gonçalves para colocar á votação a proposta da formação obrigatória de uma seleção nacional para participação em campeonatos europeus e mundiais de triatlo longa distância e duatlos, o Presidente da mesa da AG alegou que esta proposta está fora da ordem de trabalhos, não tendo nada a ver com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2016, explicando que considerava tratar-se de uma recomendação feita á Direção da FTP por parte do delegado e, como tal, a proposta foi entregue á Direção da FTP para que esta possa decidir sobre a sua incorporação ou não no Plano de Atividades.

Sobre este tema, Sergio Dias, vice-presidente da FTP, reforçou que a constituição das seleções nacionais são uma responsabilidade da FTP com base em critérios previamente definidos, defendendo novamente a possibilidade de existir uma representação nacional caso não sejam cumpridos os critérios para a constituição de uma seleção nacional.

Terminadas as intervenções por parte dos Delegados e a Direção da FTP, passou-se de seguida á votação do Plano de Atividades e Orçamento de 2016, sendo os mesmos aprovados com 8 abstenções e 19 votos a favor.

3) Alteração dos Estatutos.

Este ponto da agenda iniciou-se com a intervenção da Assessora Jurídica, Dra. Margarida Dias Ferreira, que começou por fazer o enquadramento explicando que as alterações efetuadas visam adequar os Estatutos às recomendações emanadas pelo IPDJ.

Segundo o seu parecer técnico, o adiamento das alterações ao Regulamento Eleitoral não vão implicar a necessidade de se realizar uma nova alteração aos Estatutos.

Paulo Gonçalves, Delegado do Benfica, alegou que a alteração dos Estatutos deveria ser também adiada, uma vez que ainda será necessário alterar o Regulamento Eleitoral, sendo que a alteração dos Estatutos está dependente do Regulamento Eleitoral.

O Presidente da mesa da AG sublinhou a importância de ser votada a alteração aos Estatutos, uma vez que a FTP corre o risco de vir a perder o estatuto de utilidade pública atribuído pelo IPDJ.

Terminou sugerindo que as alterações ao Regulamento Eleitoral deveriam ser feitas em articulação com o IPDJ.

Margarida Dias Ferreira, Assessora Jurídica, concordou com a proposta feita pelo Delegado Paulo Gonçalves no sentido de se enviar para os clubes o Regulamento Eleitoral alterado para que estes se possam pronunciar no prazo máximo de 15 dias.

Terminada a discussão, passou-se á votação da alteração dos Estatutos, sendo esta aprovada por unanimidade.

4) Alteração do Regulamento Eleitoral.

Foi entregue na mesa da AG a proposta do delegado do Benfica para que seja enviado o Regulamento eleitoral alterado aos Clubes, para que estes se possam pronunciar num prazo máximo de 15 dias, sendo marcada posteriormente uma Assembleia Geral para a aprovação do Regulamento Eleitoral.

A proposta foi aprovada com 4 abstenções e 19 votos a favor.

5) Outros Assuntos.

Paulo Gonçalves, delegado do Benfica, colocou á Direção da FTP o seguinte conjunto de questões:

- 1 – Sobre o que se passou com a ONDA, marca que equipa as seleções;
- 2 – Sobre a indumentária utilizada por alguns dos atletas e treinadores ao serviço das seleções não ser a mais digna;
- 3 - Sobre o apoio que está pensado para a participação no Campeonato da Europa dos Grupos de Idade.

Terminou a sua intervenção entregando na mesa da AG um requerimento por parte do Sport Lisboa e Benfica a solicitar um conjunto de esclarecimentos relacionados com as ações judiciais pendentes e com trânsito em julgado.

Sergio Dias esclareceu o Delegado do Benfica que as convocatórias são claras quanto aos equipamentos que devem ser utilizados ao serviço das seleções, que todos os atletas estão devidamente equipados e que as regras são claras.

Terminou levantando a questão sobre até que ponto os atletas deverão ter espaço e liberdade para outros patrocinadores no seu equipamento.

O Presidente da FTP, em resposta às questões colocadas pelo delegado Paulo Gonçalves prestou os seguintes esclarecimentos:

1 – O contrato com a ONDA termina em 2017, as reuniões solicitadas têm sido sistematicamente adiadas pela marca, sendo muito difícil a relação com esta Entidade;

2 – O único processo judicial que se encontra em aberto é o processo movido por Luis Pedro Ferreira ao Presidente da FTP pelo facto do atleta não ter sido aceite no CAR em 2013;

3 – Quanto ao processo do CAR de Montemor, chegou-se a acordo com o proprietário, que se traduziu no pagamento das faturas em atraso no valor de 22.000 EUR em prestações mensais de 1.000 EUR;

4 – Processo Vodafone, relativo ao contrato de 3 anos de 8 placas de internet, foi fechado com o pagamento de 1.000 EUR, verba muito inferior ao valor contratualizado;

5 – Processo de indemnização do antigo Diretor Técnico Nacional, foi feito acordo com pagamento de 7.000 EUR em vez dos 12.000 EUR que eram reclamados;

6 - Processo relativo ao contrato de assistência técnica da Fotocopiadora, foi fechado por acordo entre as partes.

Luis Filipe Valente, Delegado do Oriental de Lisboa, questionou sobre quais irão ser as provas de seleção dos Grupos de Idade para o Campeonato da Europa. Terminou mostrando o seu desagrado pelo facto da data do Campeonato da Europa colidir com a prova internacional de triatlo longo de Lisboa.

Em resposta, Sergio Dias esclareceu que a data foi imposta pela ETU e que vai ser publicado em breve o critério para a participação dos Grupos de Idade no Campeonato da Europa, bem como o preço do pacote equipamento mais inscrição.

Antes do final da reunião foi submetido à apreciação da Assembleia o voto de confiança á mesa da AG para a elaboração da Ata.

O voto de confiança foi aprovado por maioria, com 3 votos contra, 1 abstenção e 14 votos a favor, pelo que, se considera a ata devidamente aprovada.

O Presidente da Mesa da assembleia Geral

Carlos Almeida

O Vice-Presidente da Mesa da assembleia Geral

Francisco Antonio, Rente dos Reis

O Secretário da Mesa da assembleia Geral

[Signature]

A series of horizontal lines for writing, consisting of a solid top line followed by a dashed midline and a solid bottom line.